POR UMA ESTRATÉGIA MILITAR NACIONAL

Expedito Carlos Stephani Bastos,
Pesquisador de Assuntos Militares da Universidade Federal de Juiz de Fora.
defesa@ufjf.edu.br

Orestes Piermatei Filho,
Doutor em Matemática - UFRJ;
Prof. Departamento de Matemática - ICE - UFJF,
Membro do UFJF/Defesa.
orestes.piermatei@ufjf.edu.br

A dissuasão é, essencialmente, um resultado de natureza psicológica: se traduz por uma inibição ou paralisia perante uma ameaça que se receia e que é de concretização possível e plausível.

Considerando que, a dissuasão assenta no receio de se sofrerem danos inaceitáveis em conseqüência da ação que se pretenderia levar a efeito, pode-se afirmar que a chave da dissuasão reside na capacidade de represálias e que a chave da iniciativa nuclear reside na capacidade de reduzir a represália do adversário.

A estratégia militar nacional deve surgir dos objetivos nacionais e da estratégia de defesa nacional. As mudanças significativas ocorridas no ambiente internacional criam a necessidade de reanalisar todos os elementos da estratégia militar nacional. Para auxiliar tal revisão, por vezes é útil ver os elementos desta estratégia como opções fundamentais sobre linhas de ação alternativas. Estes elementos determinam de que maneira deve ser pensada a utilização dos meios militares brasileiros, a fim de materializar os objetivos nacionais.

Algumas destas opções fundamentais são: uma estratégia de coligação *versus* uma estratégia autônoma; dissuasão *versus* imposição; forças pré-posicionadas *versus* projeção de força; forças flexíveis para uso global *versus* forças adaptadas a cada região; forças de reserva *versus* forças do ativo. O grau de modificação da estratégia militar nacional devido a estes e

outros parâmetros, influenciará, em grande medida, os tipos (dimensão, composição e organização) das forças militares requeridas no futuro.

No caso brasileiro, foi criada a **Política de Defesa Nacional - PDN**, que carece de aprimoramento, pois a mesma apresenta em uma concepção acadêmica e nada pragmática. Porém a **PDN** foi idealizada para ser o instrumento de divulgação do preparo e emprego da força militar, a política de defesa brasileira busca alcançar o seu propósito, embora possua uma abordagem genérica, que evita a explicitação do quando, como e onde deverá ser empregado o poder militar brasileiro.

No dia 20 de Julho de 2005 foi criada a **Política Nacional da Indústria de Defesa - PNID**, mas sua implementação ainda é incipiente. Embora trate de assuntos relevantes, como a ampliação de aquisição de produtos estratégicos de defesa da indústria nacional por parte das Forças Armadas e da redução da carga tributária incidente sobre a **Base Industrial de Defesa - BID**, ela não aponta soluções imediatas, sugere apenas caminhos a serem trilhados.

No momento está sendo elaborado o **Plano Estratégico Nacional de Defesa - PEND**, onde se espera uma abordagem mais pragmática, de fácil implementação e de valor efetivo.

Partir do princípio que o **PEND** seja a continuidade ou extensão da **PDN** é um erro, pois a visão academicista presente na **PDN** não permite que se atinja o pragmatismo desejado no **PEND**.

Por outro lado, espera-se que seja dado um tratamento "paralelo" entre **PEND**, **PDN** e **PNID**, onde um complementa o outro, mas sem haver uma "dependência contínua" entre eles.

A **PDN** e a **PNID** ainda necessitam de aprimoramentos e **PEND** deve ser elaborado de forma a completar uma urgente diretriz estratégica para o País e acima de tudo voltado para as ações em si, mas sem perder de vista o pensamento presente na duas.

A **Estratégia Nacional de Defesa** não pode ficar restrita apenas entre os militares e ao Ministério da Defesa. Devem-se envolver todas as expressões do poder nacional (política, econômica, militar, psico-social e científica e tecnológica) para discutir a temática e até para se pensar no emprego da força.

A estratégia está intimamente ligada a essas escolhas e os tomadores de decisão são prisioneiros do processo, visto que não podem se eximir de realizá-lo. No conjunto de escolhas, invenções, conjunturas e soluções plausíveis aqueles, civis e militares, deverão filtrar os conhecimentos que levarão à decisão suprema do emprego ou não de força. O estabelecimento dos objetivos a serem alcançados deve balizar a escolha das ações que possibilitarão alcançá-los.

A **PDN,** a **PNID** e o futuro **PEND** passam a ser os documentos do mais alto nível que realiza as escolhas necessárias e suficientes para que as ações decorrentes possam ser desenvolvidas e para que os objetivos previstos por ambos sejam alcançados.

A conceituação do ponto de vista dos militares para boa execução das missões confiadas às forças armadas requer o domínio das quatro grandes funções estratégicas:

1) a dissuasão constitui um fator essencial na estratégia de defesa do Brasil, mas deve-se adaptar ao novo ambiente estratégico internacional,

principalmente no cenário sul-americano. Percebe-se que esta função estratégica passa a repousar em dois componentes, naval e aéreo, reduzidos e modernizados. Introduz-se uma nova variável, a retomada dos investimentos federais para finalização de um reator nuclear desenvolvido pela Marinha do Brasil que culminará com a entrada em serviço de um submarino nuclear aqui desenvolvido. O componente aéreo, por sua vez, caracteriza-se pela introdução de avançados caças multi-missão, dotados de modernos armamentos, onde vários serão desenvolvidos e produzidos no Brasil;

2) a prevenção deve ser o objeto de prioridade intensificada na atualidade. O objetivo é impedir o surgimento de situações geradoras de conflitos, repousando em modalidades de ações políticas e militares, inclusive na luta contra a proliferação de armas de destruição em massa, narcoguerrilha, etc.

3) a projeção continua não sendo uma prioridade para nossa estratégia de defesa. Embora o Brasil participe de missões de paz no exterior, não existem condições técnicas e nem uma política estratégica bem delineada para projetar um elevado número de efetivos humanos e de equipamentos fora do território nacional.

4) a proteção é o complemento indispensável da dissuasão, da prevenção e da projeção. Ela assegura que o Brasil seja capaz de participar da solução de uma crise internacional sem temor de represálias em seu território. Por outro lado, a reorganização das forças armadas e uma nova distribuição no território brasileiro dependem de uma maior visão das forças armadas e da ampliação de sua mobilidade.

DISSUASÃO NA PDN E NO PEND

Ao delinear os cenários internacional e regional em que se insere o país, a **PDN** identifica algumas vulnerabilidades a que o país estaria exposto, bem como estabelece as condições de não-guerras existentes no entorno sul-americano, ao reconhecer que a área está distante dos principais focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares.

Este ponto é altamente falho, não se podem ignorar os vários conflitos e guerras que ocorreram no continente sul-americano nos últimos 30 anos. Basta lembrar-se dos episódios ocorridos entre Colômbia x Equador x Venezuela, Argentina x Inglaterra (guerra das Malvinas), Chile x Peru (limites marítimos e terrestres), Chile x Bolívia (saída para o mar), Argentina x Chile (Canal de Beagle e Antártica), Venezuela x Guiana (Essequibo), Peru x Equador (limites terrestres).

É um erro brutal ignorar tais acontecimentos, imaginar que não existem condições reais de guerra no continente sul-americano, imaginar que as condições de crises, conflitos e

guerras só existem em cenários distantes do nosso. Se a **PDN** falha enormemente neste ponto, espera-se que o **PEND** não comenta os mesmos deslizes primários.

O que mais preocupa são as declarações dos encarregados e responsáveis pela elaboração do **PEND**, onde se ignora tal possibilidade real de envolvimento do Brasil em situações conflituosas e que pode culminar em uma guerra de fato. Percebe-se nitidamente uma preocupação em mostrar para a sociedade brasileira que o Brasil se arma apenas para se defender e não para ir à guerra, que somos um povo pacífico. Realmente, o Brasil é pacífico, não tem interesse em buscar novos territórios, mas os interesses de terceiros podem nos colocar em um cenário beligerante. Assumir isto é ter que declarar publicamente o nome dos potenciais inimigos, então se optou por evitar consolidar nos documentos que tratam da Defesa Nacional a possibilidade de uma eventual guerra. Documentar uma possibilidade real não implica em ter que fazer uso da mesma, porém ignorar tal fato é levar à população que os problemas não existem e nem existirão. Se o cenário se configurar um dia, mesmo que seja apenas uma crise, estes argumentos falaciosos, ou a falta deles, poderão passar a idéia para a sociedade de foi enganada e a cobrança certamente virá, mas por outras vias.

Se o Brasil deseja ser uma potência regional (política, econômica e militar) é necessário estar preparado para os bônus e ônus de sua grandeza, é preciso ter consciência que os meios diplomáticos só funcionam bem em períodos de paz e no máximo de crise, pois quando a guerra chega, os meios necessários são de outra ordem e magnitude. Neste caso, vale lembrar que um sistema de defesa moderno, eficiente e prontamente qualificado para uma reação imediata é o fator que auxilia e dá credibilidade aos meios diplomáticos para as suas ações em tempos de paz. Assim sendo, erram aqueles que acreditam que não precisamos de Forças Armadas modernas e eficientes, erram aqueles que se satisfazem com as Forças Armadas atuais.

Outra questão peculiar é a inclusão dos crimes transnacionais no âmbito da segurança, quando a busca do consenso, da harmonia política e da convergência das ações para a redução da criminalidade é indicada como fator de coesão entre os países.

Por se tratar de situação que envolve questões de caráter policial (já que se trata de crime), não parece razoável a ocorrência de conflitos entre Estados, mas de contenciosos passíveis de solução nos campos diplomático ou policial. Neste aspecto, os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos (as medidas de confiança mútua) são todos de caráter sócio-econômico, voltados para os processos de integração, de cooperação e comércio, com a consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Por tratar-se de elemento essencial ao preparo e emprego das forças armadas, vê-se que o uso da coerção tem sua ênfase distorcida na **PDN**, deslocada para as ações de **Garantia da Lei e da Ordem - GLO**, portanto de caráter interno e atenuado, e por dar à segurança condição coadjuvante. Observa-se também que a **PDN** sequer aborda o contexto em discussão, desviando o teor da palavra para o campo econômico.

A **PDN** diz, mais especificamente nas "Orientações Estratégicas", item 6.2, que: "*A vertente preventiva da Defesa nacional reside na valorização da ação diplomática como*

instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório..."

Nesta parte nota-se apenas um indício da intenção de emprego dissuasório da força nas diretrizes por ela propostas. Portanto existe apenas uma orientação estratégica, mas desde que foi criada até o presente momento, não existem condições complementares e meios críveis que possam dotar as Forças Armadas de material condizente com as diretrizes previstas na **PDN** para se gerar o efeito necessário de dissuasão que se pretende.

Espera-se que, na elaboração do **PEND**, a contribuição da dissuasão propiciada pelo plano estratégico para o País seja conseqüência natural da capacitação e credibilidade para realizar com efetividade as demais tarefas básicas. A dissuasão é desenvolvida desde o tempo de paz e não no período de guerra. A dissuasão não deve ser apenas uma diretriz de uma política de defesa nacional, mas uma realidade documentada de meios concretos e pragmáticos para efetivamente viabilizar tal desencorajamento na mente do potencial inimigo.

A dissuasão realizada com o emprego de meios convencionais é concretizada pela existência de um poder armado adequado, balanceado e preparado, que inspire credibilidade quanto ao seu emprego e a evidencie, por atos de presença ou demonstrações de força, quando e onde for oportuno. Por exemplo, esta tarefa básica, no âmbito naval, é uma conseqüência da efetiva capacidade de concretizar a negação do uso do mar ao inimigo, a projeção de poder sobre terra e o controle de rotas marítimas.

A dissuasão é uma ação que deve ser executada na mente do inimigo, fazendo-o acreditar que o balanço final de suas ações implicará em perdas que sofrerá, levando-o a desistir através do argumento da lógica pela dor e pela perda. A dissuasão também pode ser realizada através de meios críveis, adestrados, armados, mostrados em operações com outros países, em exercícios e visitas a países amigos e até em reportagens em meios especializados, por exemplo.

Para alcançar o conceito de segurança já apresentado, a **PDN** considera que existem duas vertentes de atuações do Estado Brasileiro: na preventiva, valoriza-se a ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em uma postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório.

Como se pode perceber ambas as vertentes tocam sutilmente nos conceitos de dissuasão, não existe uma posição ou afirmação de como estas ações seriam desenvolvidas. Neste caso, espera-se que ambos sejam abortados com total clareza no **PEND** que está sendo elaborado, deixando claro qual o conceito de dissuasão será adotado pelo Brasil e principalmente, como empregá-lo. De outra forma, não basta dizer que a estratégia a ser adotado pelo Brasil será a de dissuasão, é necessário explicitar a forma, os meios e as técnicas e não apenas delinear através de diretrizes vazias e não pragmáticas.

Duas regiões são especificamente citadas como estrategicamente importantes e de particular interesse para a defesa: a **Amazônia** e o **Atlântico Sul**. Ambas são declaradas como passíveis de ameaça, em que pesem as afirmações anteriores de sua ausência no cenário previsível. No entanto, a atuação das Forças Armadas é vinculada às ações de presença e de vigilância, sem qualquer conotação de necessidade de fazer prevalecer os direitos soberanos

do país no caso de uma ação bélica ou mesmo de uma ameaça proveniente de interesses externos.

Da mesma forma que a **PDN** é falha no que diz respeito no que fazer em caso de ameaças naquelas regiões, parece seguir o que está sendo elaborado pelo **PEND**. Constantes declarações à mídia pelos responsáveis pelo projeto têm sido na direção que o Brasil não seria alvo de guerras ou ações bélicas no sentido clássico, um erro crasso. Ignorar possibilidades de um potencial inimigo ou "aventureiro" é assumir que o desconhece, é falhar nos principais fundamentos que constituem a dissuasão. Os exemplos citados mais acima de crises e guerras exemplificam a ausência documentada na **PDN** e que uma antecipação de um possível conflito clássico deve fazer parte do **PEND**, caso contrário, terá mais uma falha nos fundamentos da função dissuasão nas estratégias nacional.

Parece existir uma enorme preocupação em não passar a imagem de que o Brasil é um país imperialista. Esta visão não está de tudo errada, mas nada impede que o País tenha um plano estratégico completo e que preveja certas ações, mesmo que em hipóteses remotas, o que não pode acontecer é ignorá-las e muito menos prever soluções imediatas se estas baterem as nossas portas. Neste caso, uma lacuna desta natureza implica em falhas na capacidade dissuasória e a guerra pode se tornar iminente se tudo mais igualmente falhar. Em situações como estas, é imperdoável o improviso, o planejamento é essencial.

Como se pode depreender das orientações estratégicas, a **PDN** se caracteriza por ser um documento declaratório, que busca sintetizar um conjunto de princípios orientadores da atividade diplomática e da atuação das Forças Armadas, sem apresentar de forma objetiva e inequívoca como deve ser realizado o preparo e o emprego do poder militar nacional. Assim, ela serve muito mais para outros atores internacionais, que pela sua leitura podem perceber o que esperar da atuação brasileira no cenário internacional, do que para a consolidação militar nacional, que deveria receber de forma clara e inquestionável contra o que deve estar preparado o aparato de defesa do país.

Isto mostra que o **PEND** não pode ser uma extensão da **PDN**, deve ser tratado de forma paralela e complementar, não pode ser apenas uma a linha reguladora do traçado de um caminho, deve ser a linha reguladora das ações concretas e efetivas a serem tomadas pelas Forças Armadas, independentemente de governos futuros, mas como uma Política de Estado.

Ainda há tempo para se elaborar um **PEND** sério, completo e com respostas claras, principalmente com uma orientação pragmática de como realizar tudo isso, sem lacunas de espécie alguma.

Discutir política de defesa implica necessariamente discutir as forças armadas. Discutir um plano estratégico que reúna todas as camadas da sociedade visando à defesa do País, igualmente implica em discutir as forças armadas. Somente com forças armadas bem equipadas, atualizadas e bem treinadas é que se consegue algum poder dissuasório, mas a recíproca não é verdadeira, caso contrário tudo ficará na retórica. A oportunidade de se conseguir isso é com o **PEND**, e que este novo documento não mantenha o formato generalizante dos anteriores, que seja elaborado com a intenção primeira de explicitar as reais funções das Forças Armadas Brasileiras e que tornem objetivas e pragmáticas as ações que

deverão ocorrer e que culminarão com o reaparelhamento das três Forças, que deve ser visto como uma conseqüência de uma política estratégica maior.

O QUE DEVEMOS ESPERAR DA FUNÇÃO DE DISSUASÃO NA ESTRATÉGIA PARA O BRASIL

O desencorajamento exige que o poder militar inspire credibilidade e que o provável oponente acredite nisso. Trata-se de atuar no psicológico deles, em trabalho contínuo de demonstração de capacidade operacional, garantindo que exista a percepção externa de nosso poder de retaliação e de decisão. O desencorajamento não ocorrerá apenas pelo efeito de demonstrar capacidade militar. Outros fatores serão indispensáveis para sua ocorrência, exigindo atitudes e ações de todos os setores do poder nacional, como por exemplo, vontade política determinada, em outras palavras, existência da crença de que, se necessário, o governo atuará energicamente, empregando o poder militar na defesa dos interesses nacionais. Exige-se também uma política que comprometa toda Nação, comprometimento com os interesses nacionais. Isto é, o povo acredita em seu governo e estará disposto ao sacrifício decorrente de um conflito perante uma ameaça à soberania.

A aplicação do poder militar se dá através de seu emprego, que é o componente mais importante da estratégia militar de dissuasão. Para tal, precisa estar em boas condições materiais e aprestado, garantindo o critério de forças suficientemente poderosas para assegurar a possibilidade concreta de se produzirem perdas significativas, devendo atuar, desde o tempo de paz, de modo a demonstrar essa sua capacidade, contribuindo assim, para o critério credibilidade.

Considerando a componente "capacidade das forças", espera-se que existam dimensionamento, aprestamento, meios e equipamentos atualizados das forças, além de capacidade de mobilização, de suportar desgaste em conflitos de médio prazo e independência industrial.

Em relação à componente "credibilidade", deseja-se que sejam realizados exercícios nacionais e internacionais, participação em atividades militares no exterior, tais como operações de paz, de ajuda humanitária e como observadores militares; intercâmbios de pessoal em cursos, seminários, etc.; demonstração pública de unidade de ação militar.

Quando se pensa em construir um poder dissuasório, ele tem que ser considerado pelo somatório da capacidade das Forças Armadas e de sua credibilidade associados ao conceito de perdas significativas. O importante é que estes meios sejam atingidos através de Forças Armadas com meios modernos, eficientes e com alta credibilidade.

Um poder dissuasório só fará sentido se o potencial inimigo tiver certeza da nossa real capacidade, bem como da prontidão de nossas Forças Armadas. Igualmente fundamental é a existência de força política determinada a realizar o enfrentamento, destruindo elementos sensíveis para aquele país.

Em épocas de crises, período que antecede a guerra, é razoável imaginar que o potencial inimigo deseje compreender melhor o cenário antes de tomar uma decisão estratégica, portanto ele testará as nossas reações e nós as deles. Desta forma, não é só importante ter as Forças Armadas prontas para emprego imediato, mas sim ter forças balanceadas, orientadas pelas hipóteses de emprego, eficientes, capazes de uma reação rápida perante qualquer ameaça de início de crise, prontas para infligir perdas consideradas inaceitáveis pelos prováveis oponentes. Além disso, todos os prováveis cenários políticos, geopolíticos, bem como fatores que podem sugerir prováveis ameaças devem fazer parte da construção do poder dissuasório do País.

Porém, existem problemas que impedem a construção de um poder dissuasório no Brasil, mas que devem ser superados, através de uma política específica para o setor e com uma bem planejada estratégia. A sociedade brasileira não tem uma real percepção de uma ameaça definida, pelo contrário, a diplomacia brasileira induz a população a acreditar que eles são capazes de resolver os problemas maiores e sem que o País entre efetivamente em guerra. Até quando? É necessário um esforço nacional para equipar e manter as Forças Armadas, um esforço para conscientizar a sociedade brasileira sobre os potenciais riscos. O longo período sem a participação do Brasil em conflitos armados ajuda a sociedade a acreditar que os que não dão valor estas forças estão correto, um erro primário.

Outros pontos delicados são: baixa intensidade de pressões políticas externas, baixa visualização pela nação de coerção econômica externa ao país, longo período com sucessivos cortes orçamentários para as Forças Armadas, desestruturação da indústria com capacidade de ser articulada para itens de defesa, inexpressiva cultura de mobilização e possivelmente um baixo nível de incentivo à carreira militar.

Talvez o obstáculo mais significativo seja a inexistência, na maioria da população, da percepção da necessidade de termos Forças Armadas bem equipadas, prontas e de ação rápida. Se por um lado os militares têm a consciência das ameaças, por outro eles precisam passar o sentimento que o mundo nunca deixou de ser perigoso, que os perigos são difusos e não temos inimigos “hereditários”, mas eles existem. Devem-se conscientizar os vários segmentos da sociedade, que quanto mais o Brasil apresentar sinais de crescimento econômico e político, mais estaremos suscetíveis a ameaças de atos hostis.

Avaliando-se o estado atual da estrutura dos meios das Forças Armadas, é inegável que ela não se encontra no patamar compatível com o desejado poder dissuasório que se pretende, muito menos que no seu atual estado consigam refletir a estatura geopolítica do país. O maior impedimento para que tenhamos um poder dissuasório e um sistema de defesa adequado às nossas realidades e necessidades são causados por fatores orçamentários. Isto acontece porque a Defesa não é tratada como uma política de Estado, mas como uma política de Governo.

Outro ponto extremamente importante é o incentivo à indústria nacional, aqui não se fala apenas em criar novas linhas de financiamento para expansão das atuais e/ou reativação de algumas do passado. A indústria nacional de defesa deve ser inserida numa política nacional de compras militares, e não o contrário. É inadmissível que as indústrias ditem as regras de escolhas e compras dos equipamentos militares. Cabem as Forças Armadas apresentar estudos e análises dos equipamentos mais adequados às metas estabelecidas a

priori no **PEND,** cabe ao **Ministério da Defesa** juntamente com demais equipes do Governo estabelecer o procedimento de compras, fabricação e criar condições para inserir a indústria nacional neste contexto. Deve-se se ater igualmente a Lei de Licitações, que precisa ser modernizada e alterada para contemplar as compras militares e criar melhores condições que permitam a competitividade das indústrias nacionais com as internacionais, excluindo-se os aventureiros. Se o Governo apoiar as iniciativas de vendas dos empresários da área e criar uma política financeira para o setor, será suficiente para garantir sucesso ao plano de reativação da indústria de material de defesa pretendido atualmente. O setor privado também deve participar das discussões com o Ministério da Defesa e as Forças Armadas. Deve-se estudar e analisar as possibilidades de isenção de tributos, minimização de custos para a indústria de defesa, garantia de compras mínimas, mas não faz sentido falar em minimização de custos sem deixar claro o que se pretende comprar, o Governo precisa definir suas ações antes de negociar com o setor privado.

Para que o **PEND** se concretize é necessário que o pragmatismo esteja presente no programa de resgate da indústria nacional de material de defesa. Ela deverá envolver as empresas nacionais, caso contrário, esse programa perderá o sentido. Também é necessário evitar erros do passado e alguns do presente, quando as Forças Armadas compraram material usado, velho, com problemas seríssimos de manutenção. Este tipo de procedimento não acrescenta nada ao poder de fogo, não gera empregos no País, não produz riquezas e não serve de base para a indústria de equipamentos militares já instaladas, tornando-nos meros usuários.

Existe a necessidade da criação de uma tecnologia independente, e isto está relacionado com setor privado. Fazem-se necessárias indústrias de defesa que fabriquem ou viabilizem equipamentos com tecnologia "nacional", considerando o **PEND**. A decisão política do Governo para o setor exige que se tenham os equipamentos, mas que nem todos precisem vir de fora.

Outro ponto delicado é a inexistência de linhas governamentais de crédito e financiamento para o setor de defesa. Todos os Países fabricantes de material bélico possuem um sistema financeiro para apoiar o empresário da área de equipamento militar. No Brasil não existe, falta uma política específica. É preciso envolver no processo o **Ministério do Planejamento**, o **Ministério da Fazenda**, o **BNDES**, bem como criar meios claros e pragmáticos para o setor. Não se pode definir o tipo de equipamento sem ter uma decisão de Governo sobre a política de defesa.

A manutenção das linhas de produção de material de defesa é muito importante, e a solução passa ou por empresas estatais, mantidas abertas pelo governo, com produção mínima para garantir por muitos anos, a continuidade logística de determinado material ou por um planejamento de longo prazo, que garanta pedidos mínimos às empresas privadas, permitindo a sua sobrevivência e a manutenção de determinada linha em disponibilidade por muitos anos, bem como a cooperação com empresas estrangeiras que garantam uma transferência tecnológica real.

As Forças Armadas não podem fazer compras esporádicas e depois abandonar as indústrias à sua própria sorte. As compras devem ser planejadas considerando os longos períodos de aquisições contínuas.

O QUE DEVEMOS ESPERAR DO MINISTÉRIO DA DEFESA

O Ministério da Defesa está elaborando o **PEND** e este deve envolver vários segmentos do governo e da sociedade. Deve ser pensado e elaborado em conjunto com o Ministério do Planejamento, onde se espera encontrar soluções de curto, médio e longo prazo para a questão orçamentária, que deveria ter orçamentos impositivos para a área de defesa, que é de vital importância para a consolidação de uma proposta estratégica que garantirá o sistema de defesa do País para as próximas décadas. Qualquer medida ou ação paliativa implicará em altíssimo risco para a efetivação de tal Plano de Defesa, improvisos nem pensar.

Outras ações importantes que devem ser tomada são: o incentivo à indústria nacional, para produção de itens e meios para as Forças Armadas, incremento de transferência de tecnologia nas obtenções militares de oportunidade, maior intercâmbio de pessoal em todos os setores, favorecendo o conhecimento do estado da arte e interagindo-as não permitindo que continuem totalmente separadas como se cada uma fosse um país a sua maneira.

No que diz respeito às Forças Armadas o **PEND** deve apresentar soluções claras que viabilizem prioridade orçamentária para a manutenção de meios operativos, além de investimento em tecnologia nacional e no estado da arte. Deve propor o desenvolvimento de doutrina pertinente às operações combinadas e interferência na legislação com repercussão nas Forças Armadas, bem como criar planos e apresentar meios para execução de exercícios combinados e de mobilização.

O **PEND** deve apontar condições que propiciem um real poder dissuasório para a Nação, como por exemplo, incremento de visitas de meios navais ao exterior e de colocação de observadores militares em áreas sensíveis, e principalmente começar a divulgar na mídia o que as Forças Armadas fazem em seus exercícios, bem como o sucesso obtido nas operações combinadas. Divulgação pública destas ações é um dos principais fatores de dissuasão que se pode realizar. Porém a execução de exercícios de operações combinadas deve ser realizada em todas as regiões do país, com deslocamento significativo de tropas e meios militares. Isto é essencial, considerando a extensão territorial do Brasil e sua diversidade.

O Ministério da Defesa não deve apenas apoiar à execução e divulgação de operações, deve criar condições permanentes para que tais ações se tornem rotineiras e absorvidas com naturalidade pela sociedade. Na elaboração do **PEND**, devem-se criar condições que exijam significativos preparo, prontificação de meios e logística de grande monta. E no que diz respeito à logística interna das Forças Armadas, deve ser mais exigente, deve-se buscar a todo custo a comunalidade dos meios entre as três Forças, assim diminui-se os custos e eleva-se a qualidade da logística e da manutenção dos equipamentos. Este é um fator preponderante que deve ser analisado a exaustão, porque uma das principais falhas que conduziram ao

sucateamento das Forças Armadas brasileiras foi compra de materiais, sem falar de equipamentos diferentes e com a mesma função espalhados na mesma ou entre elas. Um erro de estratégia!

PERSPECTIVAS FUTURAS

Quais seriam as perspectivas futuras das três forças para melhoria do poder militar brasileiro? Espera-se que uma série de ações no âmbito das Forças Armadas e do Ministério da Defesa sejam implementados no sentido de buscar efetivamente as melhorias fundamentais para o incremento do poder militar brasileiro, através do qual aumentará significativamente o poder dissuasório das Forças Armadas.

A Marinha do Brasil, para possibilitar o exercício da dissuasão, deve atingir os níveis necessários de credibilidade, deve ter condições de atender às variadas funções logísticas, com o propósito de assegurar as condições de pronto emprego dos meios.

Para conseguir um verdadeiro poder de dissuasão compatível com as exigências e necessidades do País, deve possuir uma capacidade de operar uma aviação de ataque embarcada. Lembrando que poucas marinhas do mundo estão em condições de executar tal operação. Deve manter a atual força de submarinos convencionais razoavelmente numerosa e operativa e aumentar a capacidade dos atuais meios e que se resumem a apenas cinco submarinos, e apenas um operacional, pouco para cobrir a vasta extensão marítima do Brasil. Deve buscar meios para adquirir capacidade para desenvolver e consolidar tecnologias próprias, bem como de construir e reparar submarinos e seus demais meios navais. O investimento na construção do submarino nuclear brasileiro não pode ser perdido e devendo buscar meios de antecipar a finalização do projeto.

A concretização do poder dissuasório passa pelo dimensionamento correto de meios que permitam capacidade de controlar áreas marítimas móveis ou estacionárias, negar o uso do mar em áreas focais e projetar poder sobre terra, mesmo que de forma limitada. Essas tarefas, comumente chamadas de tarefas básicas do poder naval, são obtidas por meio de operações de ataque com meios navais (com navio-aeródromo, escoltas de superfície de grande porte e submarinos) e aeronavais; operações anti-submarino; operações anfíbias (assalto anfíbio e incursão anfíbia), operações de minagem e operações de contramedidas de minagem, aptas a manter abertos os portos nacionais importantes; proteção do tráfego marítimo, por meio de ações de superfície e de defesa aérea; operações de apoio logístico móvel, permitindo o emprego da esquadra em qualquer parte do atlântico sul; operações especiais, para ações de retomada e resgate no mar, nos navios mercantes nacionais e aliados, nas plataformas no mar e, eventualmente, em áreas terrestres ligadas ao poder marítimo; operações de defesa nos principais portos organizados, em áreas marítimas restritas e plataformas no mar; e operações ribeirinhas de médio porte na bacia amazônica e de pequeno porte na bacia do Paraguai-Paraná.

Especificamente para a bacia amazônica, prioritária na política de defesa nacional, a força naval deve dispor de navios de patrulha fluvial, lanchas rápidas blindadas, helicópteros, meios de apoio logístico móvel e meios de inspeção naval, além de meios de fuzileiros navais

especializados em operações ribeirinhas e em guerra na selva, atualizados e em quantidade que permitem defender a região, combinadamente com o Exército e a Aeronáutica.

A marinha elaborou um programa de reaparelhamento para o contexto temporal de 2006 a 2025, em função das necessidades estratégicas estabelecidas na política de defesa nacional e outras orientações de nível estratégico. É importante lembrar que a Marinha do Brasil elaborou um documento, **Programa de Reaparelhamento da Marinha - PRM**, com a intenção primária de repor os diversos navios que foram recentemente desincorporados, bem como aqueles que a curto ou médio prazo também terão de ser retirados de serviço ativo devido ao elevado grau de obsolescência ou longo tempo de operação que atingirão. O **PRM** foi elaborado antes do que está sendo chamado de "Agenda de Defesa" ser colocada para a sociedade, portanto trata-se programa mínimo, abaixo das reais necessidades da MB, com a intenção de repor ou modernizar os meios considerados prioritários à recuperação ou preservação da capacidade operacional.

Das três Forças, a Marinha do Brasil é a que se encontra em situação mais crítica quanto à obsolescência de seus meios e necessidade de investimento no reaparelhamento, considerando-se que seu orçamento foi o mais baixo das forças nos últimos anos.

As principais prioridades são: modernização e construção de submarinos, construção de navios patrulha, obtenção de navios escolta e helicópteros, construção de navios patrulha fluviais, modernização do NaE São Paulo com aquisição de aeronaves mais modernas e obtenção de mísseis, minas e munição, além da obtenção de navios de desembarque, de transporte e de carros de combate.

A concepção estratégica do Exército estabelece seu grau de dissuasão, pela existência de grupos de emprego, os quais são: forças de segurança estratégica, forças de emprego regional, forças de emprego estratégico e forças de emprego geral.

Em função do ambiente operacional e do grau de risco admitido, deve-se constituir forças de cobertura estratégica com o objetivo de manter a integridade do território nacional e estar em condições de conduzir operações ofensivas, além de forças de vigilância estratégica com o objetivo de proporcionar alerta oportuno sobre a atuação de forças oponentes.

Deve-se possui forças de emprego estratégico, também denominada força de ação rápida estratégica, para manter em condições de emprego imediato em qualquer área estratégica no país ou no exterior, provendo capacidade de pronta resposta quando a rapidez e a oportunidade são os fatores preponderantes.

Todas as forças devem estar posicionadas de forma a poderem ser articuladas, permitindo a obtenção de equilíbrio de poder militar entre o Brasil e seus prováveis oponentes, mesmo considerados em conjunto. As forças de emprego estratégico e de emprego geral devem ocupar pontos lógicos, de modo a facilitar o deslocamento e a concentração em outras áreas estratégicas.

A futura entrada em operação dos carros de combate Leopard 1A5 irá reverter a ligeira desvantagem existente hoje em relação a países da América do Sul, porém continuaremos atrás do Chile, que possui o melhor MBT na América do Sul, o Leopard II A4 de outra geração.

O programa de aparelhamento do exército brasileiro deve considerar a aquisição de materiais de emprego militar necessários ao desenvolvimento de cada um dos sistemas operacionais, bem como aqueles destinados à consolidação da implantação das grandes unidades de emprego estratégico, bem como para infantaria de selva.

Entre os equipamentos espera-se que sejam dado prioridade para os blindados sobre rodas, projetos de ciência e tecnologia, viaturas operacionais, implantação de brigadas, sistemas de defesa antiaérea, armamento e munições, material de comunicações, blindados sobre lagartas, embarcações e pontes flutuantes, mísseis anti-carro e mísseis solo-solo e reequipamento dos batalhões de engenharia e uma aviação com helicópteros de ataque e transporte.

Na FAB a dissuasão deve ser aplicada por intermédio de um amplo sistema de monitoramento das fronteiras, do litoral (incluindo as águas jurisdicionais, juntamente com a Marinha do Brasil) e do espaço aéreo sobrejacente ao território nacional, por meio do controle do tráfego aéreo; do policiamento do espaço aéreo; de patrulhas marítimas com a Marinha do Brasil e de sensoriamento remoto (imageamento e reconhecimento eletrônico).

Quanto às perspectivas da aeronáutica vislumbra-se a aquisição de novas aeronaves de combate, com a reapresentação do projeto FX, como também a aquisição de helicópteros de combate e de transporte, bem como de aeronaves não-tripuladas. Espera-se que as aeronaves de combate sejam escolhidas sem perder de vistas a comunalidade dos meios com a Marinha do Brasil, visto que a mesma já possui o Porta-Aviões (NaE) São Paulo e que faz uso de vetores da mesma natureza, porém com vetores de asas fixas (AF-1) antigos e ainda não modernizados.

Os helicópteros de transporte deveriam ser escolhidos de forma a se usar a mesma plataforma nas três Forças, assim economiza-se nos custos de logística e manutenção, bem como nos trabalhos de adestramento e treinamento dos pilotos e técnicos. O mesmo se aplica aos helicópteros de ataque, visto que a Força que deveriam possuir equipamento desta natureza é o Exército Brasileiro, mas que a FAB faça uma escolha conjunta com o Exército Brasileiro, para otimizar benefícios e minimizar custos.

Atualmente o Brasil perdeu a liderança regional no que diz respeito aos meios aéreos. Não no sentido quantitativo, mas na qualidade dos meios e na geração dos equipamentos que possui. Investindo-se em compras de novas aeronaves de combate, helicópteros, etc. fará como que o Brasil fique novamente entre os países com maior poder aéreo de combate, entre seus vizinhos latino-americanos.

Porém é necessário a aquisição de equipamentos de guerra eletrônica, “pod’s” de designação de alvos e guiagem a laser de bombas, novos mísseis ar-ar nas versões BVR e também WVR. Atualmente existem projetos da empresa Mectron nesta direção, o que é louvável, porém estas ações deveriam ter sido tomadas a cerca de 10 a 15 anos atrás, portanto estamos defasados no tempo e nos equipamentos, mas é um bom passo que se adianta.

Espera-se que exista orçamento compatível aprovado não apenas pelo Ministério da Defesa, mas sobretudo pelo Ministério do Planejamento, e que atenda às necessidades de nosso poder militar, no que tange aos componentes credibilidade e capacidade das forças

necessários para que tenhamos um poder dissuasório compatível com a grandeza do nosso país.

A IMPORTÂNCIA EM DEBATER TEMAS SOBRE AS ESTRATÉGIAS E A DEFESA

O Ministério da Defesa e a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo devem promover o franco debate sobre as questões relacionadas à defesa do País e as concepções estratégicas. Neste caso, várias perguntas carecem de respostas que justificam o debate, como por exemplo, em que circunstâncias podem ser justificadas a dissuasão ou mesmo a guerra preventiva? Nossas leis deveriam ser explicitamente modificadas para prever em situações extremas novas opções defensivas? Mesmo em casos de guerra preventiva, devemos levar em conta as vulnerabilidades sem precedentes resultantes das novas tecnologias? Como deve ser os critérios clássicos de necessidade e proporcionalidade para a dissuasão ser interpretados à luz das novas tecnologias e das opções estratégicas? Que princípios, além da necessidade (ou iminência) e da proporcionalidade deverão reger as decisões? Como poderão ser reduzidos os riscos de ações precipitadas e/ou infundadas? Em que medida poderá as políticas de dissuasão ou de intervenção preemptivas encorajar os adversários a adotar políticas semelhantes e assim levar a situações de crise mais instáveis?

Debater estas questões pode muito bem aprofundar a compreensão dos riscos e das responsabilidades das políticas de dissuasão ou intervenção preemptivas. O importante é termos consciência que seremos forçados a tomar decisões sobre tais casos específicos. A estratégia de segurança nacional constitui um ponto de partida.

Outro ponto que merece atenção é constituir alianças ou constituir núcleos regionais de defesa. Se for o caso, a coordenação estreita com os aliados para se obter uma avaliação comum das ameaças mais perigosas é outro ponto importante. Por outro lado os aliados podem divergir vivamente na sua avaliação da gravidade das ameaças em casos específicos e nas suas opiniões quanto à forma de enfrentá-las. Dada a probabilidade de os aliados virem a enfrentar outros desafios de gravidade comparável, a necessidade de uma coordenação estreita ao fazerem avaliações e definirem opções políticas é cada vez mais premente. Os conceitos ajudarão, mas acabaremos por ser obrigados a enfrentar realidades complicadas que não se enquadram em categorias conceituais bem ordenadas. Neste caso, deve-se desenvolver uma avaliação comum das ameaças mais perigosas para a segurança da aliança e das respostas possíveis.

O que deve ser observado aqui é que se deve dar valor ao debate, o mais plural possível, mas sem perder de vista o pragmatismo. O assunto abordado neste texto pode e deve ser analisado sob a ótica academicista, porém o que se faz necessário é um debate mais pragmático, mais efetivo, mais adequado às urgentes necessidades que se apresentam diariamente nas estruturas das Forças Armadas e do Ministério da Defesa.

Perdeu-se muito tempo e sem discutir nada de concreto e racional, alguns poucos pensadores e com pouco ou nenhum contato com a realidade prática do sistema de defesa

brasileiro se comprometeram a contribuir de alguma forma. Porém as realidades cotidianas das Forças Armadas brasileiras passaram a impor uma necessidade urgente de respostas para questões que são de seus escopos, mas que carecem de definições. Não podemos ter as Forças Armadas apoiadas sobre conceitos e diretrizes belas, mas vazias, precisamos de Forças Armadas equipadas, prontas e efetivas, que tenham condições reais de responder a toda e qualquer tipo de ameaças que o Brasil possa um dia ser vítima.

A indústria bélica brasileira continua com pensamento arcaico e centrada nos ideais dos anos 70, que um dia logrou êxito a partir da década seguinte. Não adianta produzir equipamentos e forçar a venda para as Forças Armadas, é necessário que os mesmos sejam adequados às necessidades das Forças Armadas e, sobretudo peculiaridades do País. Os empresários do setor precisam se reciclar, a indústria de defesa precisa se atualizar e modernizar e ter cuidado na elaboração de uma reserva de mercado para produtos militares, lembrando apenas do quanto nos atrasou quando esta existia para as áreas de informática e telefonia num passado não muito distante.

Uma estratégia nacional para a defesa do País exige acima de tudo que tenhamos modernidade nos pensamentos e ações. Não se trata apenas de propor uma discussão nova neste País, não se trata de produzir equipamentos valorizando a indústria nacional, trata-se de buscar o novo, ser ousado, mas sem perder de vista o pragmatismo e a lucidez necessários para que o País possa efetivamente desestimular as ações ou investidas de aventureiros de qualquer natureza. Não adianta pensar sobre os ideais estratégicos para a Nação, é necessário sair do academicismo exacerbado, sair das retóricas e figuras de linguagem, sair do oportunismo financeiro e colocar em prática as condições adequadas e racionais que exige um completo sistema estratégico de defesa nacional.

O academicismo não está na linguagem rebuscada, porém sim no hábito de diagnosticar problemas, mas sem apresentar soluções práticas O fundamental é que o **PEND** não fique apenas na retórica e nas promessas, exige-se a real aplicabilidade do mesmo, é o que este País espera e anseia. Que siga o debate, que se apresentem as sugestões e soluções para os problemas concretos, que o Plano se transforme em uma efetiva ação, até porque o que não falta neste país são diagnósticos de problemas, o que falta são as soluções imediatas.